

FOLHA DE LONDRINA

Advogado

21 MAI 2016

de delator é investigado na Publicano 5

Eduardo Ferreira, que defende o auditor Luiz Antonio de Souza, foi ouvido pelo Gaeco e negou a prática de qualquer ato ilícito

PUBLICANO

Advogado do principal delator do esquema prestou depoimento como investigado no inquérito da quinta fase da operação. Ele negou a prática de qualquer ato ilícito

Loriane Comeli

Reportagem Local

O advogado Eduardo Duarte Ferreira, que defende o principal delator do suposto esquema de corrupção na Receita Estadual, o auditor Luiz Antonio de Souza, e seus familiares, foi ouvido ontem – como investigado – no inquérito relativo à quinta fase da Operação Publicano, deflagrada na semana passada.

Nesta fase, promotores e policiais do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) investigam fatos ligados à

sonegação fiscal e pagamento de propina por pelo menos sete empresas de abate de suínos da região de Londrina, que, durante alguns anos, teriam pagado propina de R\$ 100 mil mensais a um grupo de auditores.

Ferreira disse que foi ouvido em razão de sua ligação de amizade com uma das pessoas que teria feito cobrança de supostas dívidas para Souza e também por ser advogado de todos os membros da família. Souza e sua irmã, Rosângela Semprebom, também ré colaboradora, é um dos investigados da quinta fase, mesmo tendo acordo de delação com o Ministério Público (MP) pelo qual se comprometia a não voltar a praticar crimes.

Ele teria, mesmo preso, supostamente praticado extorsão contra um dos empresários do setor de suínos para não fazer revelações sobre o possível esquema de sonegação. Tal fato é negado por sua defesa, que admite que

Souza, de fato, fez cobrança com a ajuda da irmã e de outros interlocutores, mas, garante que a dívida era por empréstimos feitos ainda em 2014 e não extorsão.

Sobre seu próprio depoimento, Ferreira afirmou que “abri mão do sigilo entre cliente e advogado e não me recusei a responder qualquer pergunta”. Disse ter esclarecido todos os fatos de que tinha conhecimento, mas negou a prática de qualquer ato ilícito.

Além do advogado, foram ouvidas ontem outras oito pessoas, entre elas a mulher de Souza e o marido de Rosângela Semprebom, auditora irmã do delator, que também fez acordo de colaboração premiada. Ao todo, o delegado do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime ao Organizado (Gaeco), Alan Flore, ouviu mais de 30 pessoas – entre investigados e testemunhas – para instruir o inquérito.

O prazo para concluir o inquérito termina hoje e o delegado deve trabalhar durante todo o dia para relatar todos os fatos e indiciar os suspeitos. Ele não pôde adiantar quantas e quais pessoas seriam indiciadas.

21 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFOAME

Comissionados do MP

O Tribunal de Contas (TC) do Paraná aprovou, com recomendações, as contas do Ministério Público (MP) do Paraná, referente ao exercício de 2013, de responsabilidade do procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia. De acordo com o relator do processo, conselheiro Fernando Guimarães, houve quatro "inconformidades", para as quais foram apontadas recomendações. Uma delas é o provimento de cargos em comissão, pois o MP deve obedecer a proporcionalidade da ocupação dos cargos por servidores efetivos e não efetivos.

MAZZA

Liminares

No ciclo de permissividade que vivemos em que há greves contra decisões judiciais, como se deu com a derradeira do Hospital de Clínicas e outras no disparo contra infrações de traço disciplinar de motoristas e cobradores transformadas em multas e cobradas, uma decisão liminar da primeira instância da Justiça trabalhista entendeu que o pagamento de salários de urbanitários no dia 25 é sagrado como o respeito aos domingos e feriados de guarda. Todas as formas de contenção foram rompidas. Daí não se saber quais os limites da liberdade e a que ponto se restringiu o espaço da autoridade e a transformação de praxes em direito adquirido é uma das mais comuns consequências.

Direitos humanos

O Brasil já foi condenado pelo setor de Direitos Humanos da OEA por várias vezes: duas delas aqui no Paraná em conflito com sem-terra, uma lá em Campo Bonito do Iguazu com três PMs e o líder Teixeira e uma na entrada de Curitiba em que erigiram um monumento de Oscar Niemeyer ao lavrador morto, o primeiro no governo Requião, o segundo no de Lerner.

21 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA

STF autoriza quebra de sigilos fiscal e bancário de Jucá

Ministro do Planejamento teria recebido
verbas provenientes de licitações
superfaturadas em município de Roraima

*Delcídio acusa Romero Jucá,
Renan Calheiros, Valdir
Raupp e Jader Barbalho de
terem recebido propina*

Gustavo Aguiar
Agência Estado

Brasília - O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou ontem a quebra dos sigilos bancário e fiscal do ministro do Planejamento Romero Jucá (PMDB-RR). Ele é investigado por assinar emendas parlamentares no Senado para transferir recursos federais para obras no município de Cantá, em Roraima. Em troca, o então senador teria recebido parte das verbas provenientes de licitações superfaturadas organizadas pelo Prefeito da municipalidade.

O período da quebra dos sigilos bancário e fiscal compreendem os períodos de 1º de março de 1998 a 31 de dezembro de 2012. Além de Jucá, oito empresas com suposto envolvimento no esquema também tiveram seus

segredos quebrados e deverão fornecer informações sobre todas as transações realizadas no período.

Marco Aurélio acatou um pedido da Procuradoria Geral da República (PGR) formulado em 20 de abril e que também pedia a quebra dos sigilos de Paulo Peixoto, então prefeito de Cantá, o que foi negado pelo ministro. Peixoto é investigado na primeira instância, e o pedido de deverá ser formulado ao juiz competente

Em nota, o ministro Jucá informou que já colocou à disposição da Justiça todas as informações pertinentes ao processo.

Jucá tem seis procedimentos instaurados no STF. Ele é investigado em dois inquéritos na Lava Jato por suspeita de lavagem de dinheiro e formação de quadrilha e também é suspeito de envolvimento esquema de compra de medidas provisórias para

favorecer a indústria automotiva desvendado pela Operação Zelotes. Há também um pedido para que o ministro seja incluído numa investigação sobre um esquema de desvio de verbas nos contratos de Belo Monte.

MONTE BELO

Romero Jucá rebateu ontem as acusações do ex-senador Delcídio Amaral (sem partido-MS) que embasam um pedido de novo inquérito contra ele no Supremo Tribunal Federal (STF). O ministro foi implicado num esquema de corrupção em contratos na construção de Belo Monte descoberto como desdobramento da Operação Lava Jato e que envolve membros da cúpula do PMDB.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

21 MAI 2016

De acordo com Delcídio, Jucá foi um dos beneficiários de propina desviada de contratos na construção da usina no Pará. Os recursos teriam sido repartidos entre o PT e o PMDB e teriam servido para financiar campanhas dos dois partidos. Em nota, a assessoria do ministro informou que todos os recursos para campanhas em Roraima foram recebidos oficialmente e integram as prestações de conta aprovadas pela Justiça Eleitoral.

Delcídio também acusou, além de Jucá, o presidente da Câmara, Renan Calheiros (PMDB-AL), e os senadores Valdir Raupp (PMDB-SC) e Jader Barbalho (PMDB-PA) de terem recebido propina no mesmo esquema. Os quatro integram um pedido formulado pela Procuradoria Geral da República (PGR) para serem investigados num procedimento já aberto no STF contra o senador Edson Lobão (PMDB-MA).

De acordo com Delcídio, as negociações para a construção de Belo Monte envolveram o pagamento de pelo menos R\$ 30 milhões de propina, que era dividida entre PT e o PMDB. Parte desse dinheiro teria sido distribuída entre o que o delator chamou de "grupo" do ex-senador José Sarney (PMDB-AP), formado por Renan, Jader, Raupp e Jucá, além de Lobão e de Silas Rondeau, então ministro de Minas e Energia e apontado como um dos operadores do esquema.

Ontem, Renan também reagiu ao pedido de Janot com a divulgação de uma nota pública, alegando que as acusações contra ele são

"interpretações subjetivas" e "delírio". "Todas as imputações envolvendo o senador Renan Calheiros são por ouvir dizer ou fruto de interpretações subjetivas. O delírio do ex-senador Delcídio Amaral, por exemplo, é por 'fazer parte do time do Sarney'", diz a nota. O presidente do Senado se colocou à disposição para esclarecimentos.

Renan, Jucá, Raupp e Jader já são investigados na Lava Jato. Do grupo, o presidente do Senado é o que tem mais procedimentos no STF, com 12 inquéritos no total, nove dos quais por envolvimento no esquema de corrupção da Petrobras. Se o pedido de Janot sobre Belo Monte for aceito, será o 13o. inquérito contra Renan no Supremo.

Jucá aparece ao lado de Renan em uma investigação da Operação Zelotes, por indícios de que ambos negociaram no Senado pagamentos de R\$ 45 milhões com lobistas, em troca de aprovar emenda parlamentar de interesse de montadoras de veículos.

21 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA

Gilmar Mendes descarta adiamento das eleições

Folhapress

Brasília - O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Gilmar Mendes, visitou ontem o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) para discutir a programação das eleições municipais no estado, que é o maior colégio eleitoral do país. Segundo Mendes, apesar de faltarem cerca de R\$ 250 milhões no orçamento da Justiça Eleitoral para a realização do pleito neste ano, não há risco de que as eleições sejam adiadas. As informações são da Agência Brasil.

“Já estive duas vezes com o ministro Romero Jucá (Planejamento Orçamento e Gestão) e as equipes do TSE e do ministério estão se entrosando para que encontremos brevemente uma solução para essa questão. Não há risco de adiamento das eleições. Vamos conseguir uma solução. Faltam recursos também para São Paulo, mas se faz falta para a Justiça Eleitoral como um todo, claro que repercute no maior colégio eleitoral do país.”

Gilmar explicou que com a falta de recursos houve um au-

mento da verba para o Fundo Partidário, o que ocorreu no âmbito da Justiça Eleitoral. “Deu-se a impressão de que se estava mantendo o orçamento da Justiça Eleitoral, mas essa recomposição se deu para o Fundo Partidário. Esses recursos são repassados para os partidos políticos, logo faltam recursos para a Justiça Eleitoral.”

Ele também descartou a possibilidade de qualquer localidade do país precisar utilizar as cédulas de papel e não as urnas eletrônicas. “Vamos ter as eleições normais e certamente eleições desafiadoras, porque a previsão neste ano é a de que tenhamos 580 mil candidatos, sendo que no Estado de São Paulo esse número deve ser entre 80 a 100 mil entre vereadores e prefeitos.”

O ministro ressaltou ainda que, como os prazos destas eleições serão reduzidos, é possível que muitos candidatos concorram nas eleições sub judice (esperando decisão da Justiça Eleitoral sobre sua candidatura). Isso ocorrerá porque o prazo de registro de candidatura foi alterado de julho para agosto, dando menos tempo para o julgamento.

21 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA

Mantra do golpe

Célio Pezza

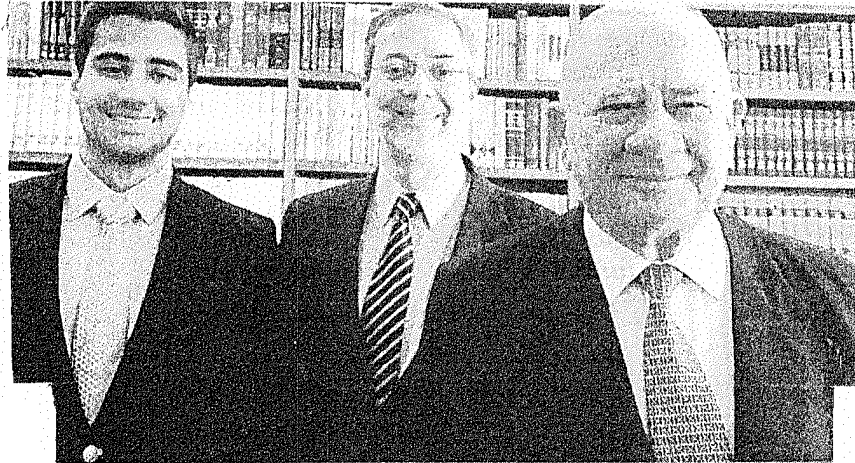
O legítimo processo de impeachment de Dilma Rousseff finalmente foi votado no último dia 11 de maio pelo Senado, que decretou por 55 votos a favor e 22 contra, o afastamento de então presidente e o início do fim do governo petista. Dilma e seus aliados destruíram a economia do País, mas, felizmente, não acabaram com o sonho de muitos brasileiros que acreditam na Justiça e na forma honesta de governar. Graças ao juiz Sérgio Moro e à Polícia Federal, muita sujeira já foi mostrada ao povo brasileiro. O “projeto criminoso de poder”, conforme definição do ministro do STF, Celso de Mello, durante o julgamento do Mensalão, veio à tona, e Lula e Dilma não têm como negar, a não ser pela repetição do mantra “é golpe” que criaram para seus fanáticos seguidores. Os próprios ministros do STF já afirmaram que “impeachment não é golpe”, uma vez que se trata de instrumento legal previsto na Constituição brasileira. Não podemos nos esquecer de que o fato de um presidente ter sido eleito, não lhe dá o direito de destruir a economia do país, fazer uso inapropriado de recursos públicos e participar do maior esquema de corrupção que já se viu na História para abastecer de propinas a sua base governista e campanhas eleitorais, como está sendo mostrado nas investigações da Operação Lava Jato. As revelações, inclusive do senador Delcídio do Amaral, ex-líder do governo petista no Congresso Nacional, são ainda mais contundentes, pois mostram que Lula e Dilma não só sabiam como participaram de inúmeras operações criminosas. Isso sim pode ser chamado de golpe. O verdadeiro golpe foi praticado pelo governo petista, quando saqueou os cofres públicos e usou a máquina governamental para levar o país à bancarrota. Esse golpe acabou com algumas conquistas, como o controle da inflação, o equilíbrio das finanças públicas e causou uma enorme crise econômica e desemprego no Brasil. Golpe é o marqueteiro do partido, João Santana, ter criado mentiras para iludir o povo brasileiro e promover a reeleição de Dilma. Golpe é a destruição da maior empresa brasileira, a Petrobras, através de roubos bilionários. O Brasil clama por justiça e ela vai chegar para colocar na cadeia os verdadeiros golpistas, independente de partidos.

CÉLIO PEZZA é colunista e escritor em São Paulo

22 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA

OSWALDO MILITÃO



Três gerações no Direito

O doutor Luiz Carlos Bellinetti, juiz aposentado e advogado, comemorando o fato de estar, agora, atuando em seu escritório de advocacia, no Edifício Tuparandi, em companhia do seu neto Luiz Augusto, também advogado, e de seu filho Luiz Fernando, procurador de Justiça, aposentado, advogado e professor da UEL.

● ● Para o ministro Ricardo Lewandowski, presidente do Supremo Tribunal Federal, "o século 21 será o do Judiciário no Brasil".

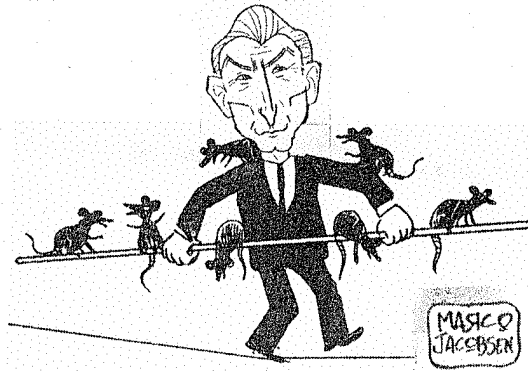
● ● Número de servidores no governo da República do Brasil: 808.618 pessoas. Número de comissionados no governo federal: 107.121 pessoas. Desses, 10.220 são filiados ao PT.

● ● Só na presidência da República, há 6.026 comissionados. Na Educação, há 47.229; na Fazenda, 7.5623; e na Justiça, 4.1180 cargos em comissão. No Planejamento, 4.796; na Previdência Social, 5.777; e na Saúde, 5.325. O Esporte é o Ministério que tem menos comissionados: só 320!

22 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA

PONTE PARA O FUTURO



21 MAI 2016

GAZETA DO POVO

22 MAI 2016

O papel do Judiciário frente a uma sociedade que adocece

Fernando Botto Lamóglia

Existe uma relação entre os conflitos de uma sociedade e a importância de seu Poder Judiciário. Numa sociedade utópica, livre de conflitos, pouco protagonismo social teriam seus magistrados. Vale dizer que a Justiça não é feita apenas de juizes, pois ela depende de advogados, promotores, estatísticos, psicólogos, médicos, assistentes sociais e peritos das mais diversas áreas do conhecimento, além de administrativos, seguranças, motoristas, recepcionistas e secretárias. E seria possível administrar a justiça sem a limpeza pública e sem água, energia, internet e telefonia? Quando se trata do funcionamento do Estado, todos são importantes. É preciso mobilizar muitos recursos para tratar as patologias das relações sociais.

A intervenção do Judiciário nos conflitos levados ao seu crivo certifica a falência do diálogo social. Vivemos uma espécie de epidemia em que o "ficar de mal" entre gente grande bate primeiro às portas do judiciário antes mesmo das partes trilharem o diálogo direto. O processo judicial é transformado num palco para o exercício de comportamentos vingativos e destrutivos das partes. O número crescente de litígios no judiciário interfere na qualidade dos julgamentos, prejudica a celeridade e atenta contra uma prestação jurisdicional eficiente e satisfatória e, mais grave do que isso, sequestra a qualidade de vida dos julgadores que se veem sufocados e frustrados, pois anteveem um futuro ainda mais caótico. A saúde dos operadores do direito deveria ser cuidada ao invés de escravizada pelo Estado. Não se trata apenas da saúde do corpo, mas da mente e das relações sociais, como preconiza a Organização Mundial da Saúde. A despeito disso, o Estado enxerga como única solução uma progressiva compensação salarial, algo que representa mais uma espécie de adicional por insalubridade incorporado do que políticas públicas concretas que garantam aos magistrados uma carga de processos adequada e não desumana.

Num efeito cascata, os cursos de Direito permanecem com uma orientação curricular fortemente valorizadora do litígio e infimamente voltada às relações humanas, à psicologia e às negociações extrajudiciais e às transações. O abarrotamento do Judiciário vem sendo tratado como doença e não como sintoma de um sistema social que beira ao colapso. Culpa-se o doente por sua doença. O Estado permanece como o maior cliente e beneficiário do Judiciário. Políticos incompetentes e de duvidosas intenções causam danos à sociedade, mas a conta, quando cobrada, será apresentada às futuras gestões.

A sociedade adoecida incentiva a consumismo, o hedonismo e desqualifica as suas instituições. Há pouco incentivo ao diálogo, ao respeito ao próximo e às ações que levavam crianças a "fazer as pazes" no jardim de infância. Em que ponto entre a infância e a vida adulta a sociedade se perdeu? Os operadores do Direito estão adoecendo por conta de um sistema intencionalmente criado para a manutenção do caos. A sociedade clama por profissionais que se sintam realizados ao invés de escravizados. O dinheiro é fundamental, mas ele por si só não compra o bem-estar dos magistrados. Um juiz saudável profere decisões saudáveis. E é importante perceber que quanto mais doente está uma sociedade, maior importância terá o papel de seu Poder Judiciário.

Fernando Botto Lamóglia, advogado e psicólogo é especialista em direito e negócios internacionais (UFSC).

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

**Unida, família reza por
delação do dono da Valor**

21 MAI 2016

22 MAI 2016

Mais uma tentativa de relaxar a prisão do empreiteiro Eduardo Lopes de Souza, dono da construtora Valor, bateu na trave na última quinta-feira (19): a 2.ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça negou outro pedido de habeas corpus feito pela defesa para que o cliente deixasse o complexo penitenciário de Piraquara e cumprisse prisão domiciliar, com tornozeleira.

Lopes está sob prisão preventiva desde julho do ano passado, quando o Gaeco concluiu a Operação Quadro Negro apontando desvio de R\$ 20 milhões da Secretaria de Educação. Os recursos, de origem federal e estadual, estavam destinados à construção e reforma de dez escolas no Paraná, mas a Valor, embora tenha recebido a grana, não concluiu (ou sequer tirou do papel) qualquer das obras.

Além de Lopes, o filho dele, Baruque, volta à prisão após o STF ter anulado habeas corpus concedido pelo ministro Luiz Edson Fachin. Outros membros da família, como a mulher Patrícia e a irmã Viviane, também tiveram preventivas decretadas.

A delação, que poderia livrar a todos do constrangimento de dividir espaços em Piraquara com José Dirceu, Marcelo Odebrecht, João Vaccari Neto e outros ilustres réus da Lava Jato, não faz parte da estratégia de defesa de Eduardo Lopes. Enquanto se mantiver calado, sem revelar mais detalhes sobre como dividia o faturamento das obras não realizadas, personagens ilustres sentir-se-ão mais protegidos.

Parte do inquérito da Quadro Negro envolve gente com prerrogativa de foro e, por isso, foi encaminhada ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para oferecimento de denúncia ao Superior Tribunal de Justiça. Dentre os implicados nesta parte figuram o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ademar Traiano, o conselheiro Durval Amaral e seu filho Thiago, também deputado estadual. Ainda responde em liberdade (mas sem foro) o ex-diretor da Secretaria de Educação Maurício Fanini que, segundo o Gaeco, facilitava os pagamentos irregulares à construtora.

Família presa unida, unida levanta preces para que Eduardo Lopes faça logo a delação.

21 MAI 2016

22 MAI 2016

GAZETA DO POVO

Teori inclui em denúncia novas provas sobre ex-presidente

● O ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), mandou incluir na denúncia contra o ex-presidente Lula novas provas que demonstram a proximidade do petista com o banqueiro André Esteves, do BTG Pactual. Ambos são acusados de participar da trama para comprar o silêncio do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró.

A ordem de Teori inclui na denúncia trechos da delação do senador cassado Delcídio do Amaral (sem partido-MS), que também foi denunciado por envolvimento no mesmo caso. Delcídio afirmou, na colaboração, que Esteves é um dos principais mantenedores do Instituto Lula.

De acordo com o ex-senador, a relação de Esteves com Lula se deve ao fato de o ex-presidente ter sido um dos principais apoiadores dos negócios do BTG, e que Lula era um "alavancador eficaz" de negócios para agentes econômicos no Brasil e no exterior.

No pedido enviado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) a Teori, o procurador-geral, Rodrigo Janot, aponta o "relacionamento estreito" entre o banqueiro e o Instituto Lula.

STF autoriza quebra de dados bancários e fiscais de Romero Jucá

● O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a quebra dos dados bancários e fiscais do ministro do Planejamento, Romero Jucá (PMDB), em um inquérito que investiga fraude no repasse de emendas parlamentares. Ao todo, Jucá é alvo de seis inquéritos no STF. O ministro afirmou estar "muito tranquilo em relação a qualquer investigação". "Não há demérito em ser investigado, há demérito em ser condenado", disse. De acordo com o inquérito, Jucá disponibilizou, enquanto senador, emendas parlamentares para destinar recursos federais para o município de Cantá (RR). Em troca, teria recebido parte das verbas por meio de "licitações superfaturadas".

21 MAI 2016

GAZETA DO POVO 22 MAI 2016

Ensinar conceitos sexuais polêmicos na escola pode dar processo, diz procurador

Angélica Favretto, especial para o Sempre Família

ENTREVISTA

GUILHERME SCHELB, procurador regional da República.

A luta contra a erotização das crianças na escola deixou de ser apenas uma luta de famílias e associações de pais contra eventuais abusos. Ações de agentes do direito influentes, como o procurador regional da república Guilherme Schelb, tem ganhado destaque pelo consistente embasamento legal.

Além de ministrar palestras e participações em programas de tevê, Schelb criou um canal próprio no YouTube onde publica vídeos orientando pais sobre como proceder quando notarem que seus filhos são expostos a conteúdos impróprios em sala de aula.

Fundamentando seus argumentos principalmente na Constituição, ele alerta que professores e diretores de escola estão sujeitos a serem punidos judicialmente quando se submetem a ensinar controversos conceitos sexuais a crianças.

O procurador esteve em Curitiba no início do mês e falou à reportagem:

Do que se trata a questão da erotização de crianças nas escolas?

O Ministério da Educação e Secretaria de Educação implantaram orientações ilegais, materiais didáticos e cartilhas abusivas à fragilidade psicológica de crianças, com conteúdo impróprio sobre sexualidade adulta. O pretexto utilizado é o combate à discriminação, mas o que de fato fazem é uma manipulação ilegal do entendimento e da sexualidade de crianças e adolescentes. Trata-se, por exemplo, de falar para crianças de 8 anos sobre sexo anal ou bissexualidade.

“A Constituição Federal e o Código Civil estabelecem que os pais devem criar e educar seus filhos.”

Em um dos vídeos em seu canal no YouTube, você diz que não é papel da escola ensinar temas morais a crianças, mas sim da família. Em que se baseia essa afirmação?

A Convenção Americana de Direitos Humanos, em seu artigo 12, determina que a educação moral dos filhos é direito dos pais. Embora o documento tenha esse nome, é lei no Brasil, assim como o Código Civil ou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Mais ainda, a Constituição Federal e o Código Civil estabelecem que os pais devem criar e educar seus filhos. O ECA determina no artigo 79, que as revistas e publicações dirigidas ao público infanto-juvenil devem respeitar os valores éticos da família.

No que implica o recebimento precoce dessas informações pela criança? A mera apresentação do tema, já é considerada corrupção?

Sem dúvida. É preciso lembrar que o Brasil é um dos principais destinos de turismo pedófilo do mundo, e ainda pior, o Brasil possui uma das piores estatísticas de prostituição infanto-juvenil do mundo. Neste contexto deplorável, ministrar em escolas infantis temas da sexualidade adulta, como bissexualidade, prostituição, sexo anal ou masturbação é uma violação absurda da dignidade humana infantil. Criança não é adulto pequeno.

“(Os professores) devem se recusar a dar a aula sobre temas ilegais e abusivos ao entendimento dos alunos.”

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

21 MAI 2016

22 MAI 2016

O Estatuto da Criança e do Adolescente considera criança a pessoa com até 12 anos incompletos. Após essa idade, esses temas podem ser tratados?

Até os 16 anos, os filhos são representados pelos pais ou responsáveis. Isto quer dizer que incumbe aos pais estabelecer a formação moral e sexual dos filhos. Após os 16 anos há uma progressiva autonomia até adquirir a plena autonomia de vontade aos 18 anos. Se a escola quer colaborar com a família na formação moral dos filhos, isso é ótimo. Mas, primeiro, deve apresentar os conteúdos que pretende apresentar aos alunos para os pais e obter a prévia e expressa anuência deles. Do jeito que está hoje, cada escola e professor ministra o conteúdo que entender e da forma que entende, sem prévio aviso ou ciência dos pais desses estudantes. É também um abuso ao direito dos pais em criar e educar os filhos.

Ao perceberem que os filhos estão aprendendo temas morais que podem ser considerados danosos à sua formação, o que os pais devem fazer?

Procurar um advogado, para analisar a repercussão danosa das aulas ilegais, e processar judicialmente o diretor da escola e o professor do filho que ministrou a aula abusiva.

O que o professor deve fazer caso seja instruído a trabalhar esses temas em sala de aula?

Se recusar a dar a aula sobre temas ilegais e abusivos ao entendimento dos alunos. É direito constitucional de todos; se recusar a cumprir ordens ilegais.

Os estímulos à erotização das crianças vêm de todas as partes. Em alguns casos, podem vir da própria família? Quando o caminho é inverso, a escola pode interferir?

É uma via de mão dupla. Criança é sujeito de direito, e não objeto dos pais e nem da escola. As leis de proteção da infância se aplicam a todos, inclusive à família. Se a escola tiver conhecimento de abusos de familiares de aluno, deve comunicar ao Conselho Tutelar ou ao Ministério Público ou Polícia.

23 MAI 2016

GAZETA DO POVO

Perícia de celulares da Operação Quadro Negro já completou nove meses

Diego Ribeiro

● No último sábado (21), fez nove meses que a equipe de policiais civis do Núcleo de Repressão a Crimes Econômicos (Nurce) solicitou a perícia ao Instituto de Criminalística de equipamentos eletrônicos dos presos na Operação Quadro Negro Eduardo Lopes de Souza, dono da empresa Valor Construtora, e Maurício Fanini, ex-diretor da Secretaria de Estado da Educação (Seed) Maurício Fanini.

Em razão disso, o Nurce ainda não teve acesso ao conteúdo das conversas do aplicativo WhatsApp dos suspeitos presos na operação, nem aos arquivos dos computadores apreendidos na ação. A Operação Quadro Negro apura o desvio de quase R\$ 20 milhões destinados a obras de escolas estaduais do Paraná.

De acordo com os pedidos de perícia, a equipe de investigação pretende que o Instituto de Criminalística verifique todo conteúdo de arquivos armazenados em três celulares e um notebook, encontrados com Lopes e um celular, um Kindle e outro notebook, apreendidos com Fanini. A requisição das perícias foi feita cerca de um mês após a deflagração da operação, no dia 21 de agosto de 2015.

“Pelo presente, com fulcro no artigo 2, parágrafo 2º, Lei n.º 12.830/2013, requisito a Vossa Senhoria, perícia descritiva, com o intuito de verificação do conteúdo de todos os arquivos armazenados, principalmente em relação ao aplicativo WhatsApp, a fim de instruir os autos do inquérito policial n.º 53.161/2015, onde é investigada a empresa Valor Construtora de Obras e Serviços Ambientais Ltda”, explicou o texto do pedido na época. A requisição ainda solicita o resgate de informações de mensagens que podem ter sido apagadas dos aparelhos.

Procurada pela reportagem, a assessoria de imprensa do Instituto de Criminalística informou que, devido a complexidade da perícia, as análises ainda precisarão de mais 30 dias para serem entregues. O inquérito do Nurce já foi relatado ao Ministério Público, que aguarda o resultado das perícias.

DELAÇÕES NÃO PREMIADAS

KELLI KADANUS E KATNA BARAN

Direto para o arquivo

A Corregedoria Nacional de Justiça arquivou na semana passada mais duas reclamações disciplinares contra o juiz Sergio Moro, que conduz parte das ações da Lava Jato. Com isso, das 14 representações contra o magistrado movidas desde a condução coercitiva do ex-presidente Lula, no começo de março, apenas quatro seguem em tramitação. Um dos pedidos alegava que Moro usurpou a competência do STF ao proceder interceptação da presidente afastada Dilma Rousseff. Como já está em análise uma reclamação nesse sentido no STF, não havia como abrir outro procedimento. O pedido também questionava o levantamento do sigilo das interceptações, mas também já há investigação sobre isso na Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4.ª Região (TRF4). No total, no TRF4, há oito representações contra Moro — duas já arquivadas.

Sem foro

O ministro do STF Teori Zavascki mandou para a Justiça Federal do Distrito Federal a investigação contra Edinho Silva, ex-secretário de Comunicação da Presidência. Ele foi tesoureiro da campanha à reeleição de Dilma Rousseff e é apontado pelo ex-senador Delcídio do Amaral de participar de um esquema de caixa dois envolvendo o repasse de empresas farmacêuticas a campanhas políticas.

Devolução

O TRF4 mandou que sejam liberados cerca de R\$ 315 mil que estavam bloqueados na conta de Rodrigo Srouf, um dos investigados da Lava Jato. Ele faz parte de um dos núcleos de doleiros que deu origem às investigações da operação, em 2014. O processo contra ele foi suspenso um ano depois, mas o valor ainda não havia sido desbloqueado.

Maior condenação

Com a sentença proferida na semana passada, o ex-ministro José Dirceu tornou-se o réu com a maior condenação na Lava Jato. Ele pegou 23 anos e três meses de prisão em regime fechado.

Ranking

Em segundo lugar no ranking de condenações aparece o ex-diretor da Petrobras Renato Duque, com 20 anos e 8 meses. Na terceira posição está o ex-deputado Pedro Correa, condenado a 20 anos e 7 meses.

REINALDO BESSA

O grito da OAB

“Somos 1 milhão de advogados, 58 mil apenas no Paraná. Existe uma verdadeira fraude educacional, pois muitas das 1.253 faculdades que oferecem o curso de Direito pelo Brasil nem fazem vestibular”. As palavras foram ditas pelo presidente da OAB-PR, José Augusto Araújo de Noronha, na abertura do 1º Colégio de Presidentes e do 1º Encontro de Tesoureiros da seccional, na última sexta-feira, em Curitiba. O presidente da OAB nacional, Claudio Lamachia, prestigiou o encontro.

O grito da OAB 2

Claudio Lamachia lembrou o encaminhamento do processo de impeachment da presidente Dilma. “A OAB tem sido muito demandada. Gosto de emoção, mas não de tanta quanto temos tido”, brincou, referindo-se ao atual momento político do país, para completar em tom sério: “Houve quem quisesse comemorar, mas não há motivo para celebrar quando temos o segundo pedido de impeachment presidencial num curto espaço de tempo. [...] Nós, dirigentes da OAB, não temos partido político. O partido da OAB é o Brasil; nossa ideologia é a Constituição”.

23 MAI 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Advogado é acusado de fazer apologia ao crime por citar "juiz maconheiro"

Desembargador do TJ-SP pediu investigação depois de ouvir, em sustentação oral de defensor, que magistrado não identificado seria usuário de droga

Por argumentar em sustentação oral durante um julgamento que o uso de maconha é feito até mesmo por pessoas bem sucedidas, o criminalista Marcelo Feller tornou-se alvo de representação à Procuradoria-Geral de Justiça de São Paulo sob acusação de fazer apologia ao crime. Ele defendia dois jovens acusados de tráfico, que, alegando serem apenas usuários de drogas, buscavam um Habeas Corpus na 9ª Câmara do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Para ilustrar sua fala, o criminalista usou nomes fictícios para descrever situações reais, como de um juiz, chamado de Thiago, que fuma maconha em rodas de amigos — e se fosse fotografado passando um baseado para um conhecido, seria tido como traficante. Falou também sobre um professor de Direito, chamado de Roberto, que compra grandes quantidades de maconha para evitar ir à boca de fumo ou transportar a droga muitas vezes. E citou ainda um jornalista, chamado de Denis, que consome diversos tipos de droga e, por isso, tem uma quantidade grande em sua casa.

O desembargador José Orestes de Souza Nery, relator do caso, não gostou das histórias que ouviu. Ele votou por conceder o HC (ficou vencido), mas

determinou que a PGJ apure se a argumentação de Feller é apologia ao crime, prevista no artigo 287 do Código Penal, e ordenou também a "identificação e eventual persecução penal das pessoas parcialmente nomeadas, Denis, Roberto e Thiago". O relator determinou ainda que a Corregedoria Geral de Justiça seja oficiada e tome providências para a "identificação do juiz maconheiro, Thiago, e eventual aplicação das sanções adequadas".

USUÁRIO X TRAFICANTE

Trata-se de um caso de dois rapazes que foram encontrados com dois tijolos de maconha, somando quase dois quilos. Quando foram abordados pela polícia, eles disseram que fumam maconha e compram em grande quantidade para evitar idas constantes às bocas de fumo. O próprio Ministério Público do estado, em memorial, afirma que após ouvir as testemunhas e os acusados, não era possível comprovar que a droga era para venda, e pediu a desclassificação do crime de tráfico.

Os desembargadores da 9ª Câmara, no entanto, por dois votos contra um, negaram o Habeas Corpus e mantiveram os réus

em prisão preventiva. Segundo o acórdão, a decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva estava bem fundamentada e o fato de os pacientes não terem sido encontrados em situação que demonstrasse a prática do tráfico de drogas "não tem o condão de excluir, de plano, a imputação". O único a votar pela concessão do HC foi o relator do caso, Souza Nery, justamente o que mandou investigar o advogado e os personagens que ele citou em sua sustentação oral.

Feller ensaiou um mea culpa em embargos de declaração, mas a estratégia não funcionou. Na peça em que pedia que o voto vencido do desembargador Souza Nery fosse acrescentado ao acórdão da decisão, o criminalista pede desculpas: "é bem verdade que este subscritor acredita que, nem de longe, praticou qualquer crime. Mas ao perceber que pode assim ter sido interpretado e, mais, que foi inconveniente, não há nada a fazer que não pedir sinceras escusas".

CONTINUA

23 MAI 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONTINUAÇÃO

Apontando que buscou simplesmente fazer a defesa de seu cliente, usando nomes fictícios, e que sua fala não foi pública, mas feita da tribuna do advogado na 9ª Câmara, o criminalista faz um apelo para que o exercício de sua profissão não seja criminalizado: “O subscritor é advogado ainda no início da carreira, jovem. Espera-se, ainda tenha muitos anos de profissão pela frente. Que não sejam anos em que atuará, sempre, com a espada sobre seu pescoço, receoso de ser processado por suas defesas”.

A tentativa de conciliação não surtiu efeito. Souza Nery deu razão ao pedido no que diz respeito a acrescentar seu voto no acórdão, mas, quanto à ordem para investigar o advogado e os personagens por ele citados, foi direto: “Os demais argumentos inseridos nos embargos de declaração não têm nenhuma ligação com o propósito de esclarecimento que caracteriza o recurso, nem a mim se devem destinar, eis que já esgotada minha jurisdição. Sobre eles, pois, nada mais devo dizer”.

23 MAI 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Aroldo Murá

DESEMBARGADOR KOPITOWSKI

No programa "Nossa História" deste final de semana, o entrevistado de Zélia Sell é o desembargador aposentado João Kopitowski, que lutou contra a criminalidade e pela segurança dos juizes. Entre várias outras lãureas, ele recebeu a comenda Santos Dumont, personagem histórico sobre o qual falará. Ele lembra que, neste ano de 2016, celebra-se o centenário da visita do "Pai da Aviação" ao Paraná. E que foi o seu empenho na criação do Parque Nacional do Iguaçu que resultou em possuímos uma das maravilhas que é hoje patrimônio da humanidade.

"Nossa história", "a história contada por quem sabe" vai ao ar às 9:00 horas da manhã de domingo pela rádio E-Paraná Am 630 e também pode ser ouvido na página: www.e-parana.pr.gov.br, clicando em "rádio Am 630 ao vivo".

Os programas anteriores são ouvidos na mesma página, clicando no ícone de "Nossa História".



Zélia Sell com o desembargador João Kopitowski na gravação do programa

23 MAI 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Gilmar Mendes diz que só fala sobre Dilma "nos autos"

Após visitar o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) respondeu com ironia à crítica feita pela presidenta da afastada Dilma Rousseff sobre a suspensão das diligências no inquérito que investiga o senador Aécio Neves, autorizada por Mendes.

"Posso fazer uma ironia sobre a presidente Dilma? Só vou falar sobre a presidente Dilma nos autos", disse ontem o ministro.

Dilma é alvo de um pedido de investigação do procurador-geral da República Rodrigo Janot no STF. Mendes é o relator da prestação de contas da campanha de Dilma de 2014 no TSE. Em 2015, o ministro determinou a investigação de possível prática de atos ilícitos na campanha presidencial.

JORNAL DO ÔNIBUS 23 MAI 2016

PR teve mais de três mil casos de violência contra crianças

Só em Curitiba são recebidas entre cinco e dez denúncias por dia



Ação distribuiu folhetos contra violência doméstica

Membros da Comissão de Enfrentamento à Violência Doméstica e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes (CEVDESCCA) realizaram uma ação de abordagem na rua XV de novembro em São José dos Pinhais, com distribuição de material explicativo sobre a prevenção e as atitudes a tomar em caso de violência doméstica e exploração sexual de menores.

Participaram da ação a presidente da CEVDESCCA Izabela Lima, que é psicóloga da Secretaria de Assistência Social, Milene Andreoli do Gabinete de Gestão Integrada (GGI) e a investigadora Rose da Delegacia da Mulher e do Adolescente Infrator. ●

Daniella: "É preciso que os pais estejam atentos ao problema"

A prisão de um ex-participante do programa Big Brother Brasil, na semana passada, chamou a atenção para abusos cometidos contra menores de idade. Mas, apesar de o caso ter recebido grande destaque, a situação é bastante comum. Em 2015 foram registradas 3.020 ocorrências de violência sexual e física contra crianças e adolescentes, em todo o Estado -- sendo 444 em Curitiba.

Somente no Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítima de Crime (Nucria) de Curitiba, são recebidas em média de cinco a dez denúncias por dia. "Os policiais, juntamen-

te com uma equipe de psicólogos da unidade especializada, desempenham um trabalho criterioso e técnico em cima das notícias crime que recebemos", diz a delegada-titular do Nucria, Daniela Andrade.

As apurações ocorrem, geralmente, de maneira velada, pela natureza do crime investigado. "O abuso sexual de crianças e adolescentes é um crime que se pode pensar que ocorre só 'com os outros', nunca na nossa família, nunca com o amiguinho do nosso filho ou na casa vizinha à nossa, mas é preciso que os pais estejam atentos ao problema", alerta Daniela. ●

23 MAI 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Senado decide amanhã sequência do impeachment

Prazo para Dilma apresentar defesa termina no dia 31

A segunda etapa do processo contra a presidente afastada Dilma Rousseff no Senado começa amanhã, com a apresentação do plano de trabalho do relator da Comissão Especial do Impeachment, senador Antonio Anastasia (PSDB). Até agora já foi dado prazo de 20 dias para que Dilma apresente uma nova defesa

por escrito. Também é nesta fase que também são juntadas ao processo todas as provas consideradas importantes por acusação e defesa.

A partir daí, um novo relatório será elaborado por Anastasia, votado na comissão e depois no plenário da Casa. Assim como na fase de admissibilidade, de novo, em ambas as votações (na co-

missão e no plenário) será exigida maioria simples, ou seja, metade mais um dos senadores presentes a sessão. Se aprovado o relatório no plenário, após 48 horas, será marcado o último julgamento que pode tirar definitivamente Dilma do cargo.

A Comissão Especial do Impeachment continua a ser presidida pelo senador Raimundo Lira

(PMDB), mas caberá ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, atuar como presidente dos dois julgamentos que ainda podem ocorrer no plenário do Senado sobre o caso. Lewandowski também dará a palavra final sobre questões de ordem que forem objeto de recurso no plenário da Casa. ●

MAIS INFORMAÇÕES

O ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), acatou pedido do procurador-geral da República (PGR), Rodrigo Janot, para incluir elementos novos no inquérito contra o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Entre as peças incorporadas ao inquérito estão trechos da delação premiada de Delcídio do Amaral, em que ele faz referência à relação entre o banqueiro André Esteves e Lula.

21 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

Supremo autoriza quebra de sigilo bancário e fiscal de Jucá

Ministro é alvo de inquérito que investiga
a liberação de emendas suspeitas

**Um dos homens fortes
do governo Temer, o
titular do Planejamento
também é citado na
Operação Lava Jato**

MÔNICA BERGAMO
COLUNISTA DA FOLHA

O STF (Supremo Tribunal Federal) autorizou nesta sexta (20) a quebra do sigilo bancário e fiscal do senador Romero Jucá (PMDB-RR), ministro do Planejamento do governo interino de Michel Temer, em inquérito que investiga condutas referentes à liberação de emendas parlamentares para obras que depois teriam sido superfaturadas.

A solicitação havia sido feita pelo MPF (Ministério Público Federal) e foi concedida pelo ministro do STF Marco Aurélio Mello.

A informação foi antecipada pela **Folha**.

O inquérito em questão tramita sob sigilo no STF desde 2004 e, por isso, não há informações detalhadas a respeito das investigações em curso, que nada têm a ver com outras apurações contra o peemedebista no tribunal.

Jucá é um dos homens fortes do governo de Temer e político de confiança do presidente interino. Em meio ao processo de impeachment, Temer se afastou da presidência do PMDB e foi substituído pelo senador no comando do partido.

Jucá é alvo de uma série de outras investigações. Citado na Operação Lava Jato, responde a um inquérito sob suspeita de integrar a organização criminosa que atuou na Petrobras. É objeto ainda de outro inquérito, que é um desdobramento da Lava Jato, relacionado à corrupção na Eletronuclear.

Em sua delação premiada, o dono da UTC, Ricardo Pessoa, afirmou que Jucá o procurou para pedir doações à campanha de seu filho, candidato a vice-governador de Roraima, e que por isso doou R\$ 1,5 milhão. O empreiteiro afirmou ter considerado que era contrapartida à obtenção da obra da usina de Angra 3.

Nesta quinta (19), o ministro foi incluído em mais um pedido de abertura de inquérito ao STF, feito pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para apurar o suposto pagamento de propina na construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará.

Em depoimento de delação premiada, o ex-senador Delcídio do Amaral (PT-MS) disse que um "time" de peemedebistas, entre eles Jucá, exerceu um arco de influência amplo em áreas-chave do Executivo nos últimos anos.

De acordo com Delcídio e outros delatores, desvios em Belo Monte pagaram campanhas do PT e do PMDB. As legendas negam. O ministro também sempre negou envolvimento em qualquer irregularidade.

ZELOTES

Jucá também é alvo de outra grande operação policial em curso no momento, a Zelotes, que investiga suposto esquema de compra de medidas provisórias e manipulação de julgamentos no Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), órgão ligado à Fazenda.

Na Zelotes, um ex-servidor da Receita Federal contou que participou de reunião na qual um lobista teria relatado pagamento a Jucá e a outros. Uma anotação do lobista indica que, de R\$ 45 milhões, R\$ 15 milhões seriam destinados a "RJ" (Romero Jucá). Jucá nega as acusações. O próprio lobista afirmou que o pagamento seria um boato.

Jucá já protagonizou escândalos no passado, como o episódio das fazendas fantasmas dadas, nos anos 90, como garantia de empréstimo milionário do Basa (Banco da Amazônia).

O caso o desgastou na breve passagem como ministro da Previdência do governo Lula em 2005. Três anos depois, a Procuradoria-Geral da República apontou irregularidades, mas pediu arquivamento por causa da prescrição.

CONTINUA

21 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

INVESTIGAÇÕES CONTRA JUCÁ

O que há contra o ministro do Planejamento do governo Temer

1 LAVAJATO

Alvo de inquérito (investigação aberta a pedido Procuradoria-Geral da República) Foi **citado em delações** de empreiteiros da UTC e da Andrade Gutierrez. Jucá é **suspeito de favorecer a UTC em obra** da usina de Angra 3 em troca de doações para campanha de seu filho, candidato a vice-governador de Roraima. Ele diz que os repasses foram legais

2 ZELOTES

Alvo de inquérito (investigação aberta a pedido Procuradoria-Geral da República) Segundo depoimento, Jucá **pediu propina para aprovar emenda** de interesse do setor automotivo. Uma anotação do lobista Alexandre Paes dos Santos indica que, de R\$ 45 milhões pagos a senadores, R\$ 15 milhões seriam destinados a "RJ" (Romero Jucá). Ele nega as acusações

3 BELO MONTE

Alvo de pedido de inquérito (feito pela Procuradoria, mas ainda sem decisão do STF) Segundo delação do senador cassado **Delcídio** do Amaral, Jucá participou de esquema de **desvio de dinheiro das obras** da usina hidrelétrica do Pará. Os recursos teriam ido para campanhas do PT e do PMDB. O ministro nega que tenha ligação com irregularidades

> OUTRO LADO <

Jucá diz que não há demérito em ser investigado

A assessoria do ministro Romero Jucá (Planejamento) disse, por meio de nota, que ele já colocou à disposição da Justiça todas as informações pertinentes ao processo.

Questionado sobre a quebra de sigilo em entrevista na qual anunciava o déficit fiscal do governo, no início da noite, o ministro afirmou estar "muito tranquilo em relação a qualquer investigação".

"Estamos numa democracia e qualquer servidor pode ser investigado. Não há demérito em ser investigado, há demérito em ser condenado. Não tenho nenhuma relação com as questões que estão colocadas", disse.

22 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

Um golpe no SUS

BRASÍLIA - O PP exigiu o Ministério da Saúde para votar contra o impeachment. Não levou. Depois exigiu o Ministério da Saúde para votar a favor do impeachment. Levou.

A junta de salvação nacional entregou a pasta ao deputado Ricardo Barros. Ele não é médico, mas parece entender de operações. É tesoureiro do partido que tem mais políticos investigados pela Lava Jato.

O novo ministro estreou com uma polêmica. Em entrevista à **Folha**, disse que é preciso rever o tamanho do SUS. A repórter Claudia Collucci lembrou que o direito universal à saúde está previsto na Constituição.

“Nós não vamos conseguir sustentar o nível de direitos que a Constituição determina”, respondeu Barros. Faltou explicar se a ideia é fechar hospitais ou cortar o fornecimento de remédios aos doentes.

Repreendido pelo Planalto, o ministro voltou atrás. Passou a dizer que o SUS é uma “garantia absoluta” do cidadão. No dia seguinte, novo susto. Barros declarou que não pretende fiscalizar a qualidade dos planos de saúde. “Ninguém é obrigado a contratar. Não cabe ao ministério controlar isso”, afirmou, ao jornal “O Estado de S. Paulo”.

O ministro parece indiferente aos pacientes, mas demonstra sensibilidade com os financiadores de campanha. Seu maior doador preside uma administradora de planos de saúde.

A empresa é registrada na ANS, a agência federal criada para fiscalizar o setor. Será que ele já ouviu falar?

As ideias de Barros têm assustado profissionais da saúde. Em nota, o conselho da Fundação Oswaldo Cruz afirmou que suas declarações causam “profunda preocupação”.

Para a professora Ligia Bahia, da UFRJ, “um bom ministro precisa pedir recursos e ser solidário com o sofrimento do povo”. “Ele está fazendo o contrário”, critica. A doutora já andava desanimada com os rumos do governo Dilma. Agora define o início da gestão Temer como “um desastre total”. “Já é possível ver um golpe no SUS”, alerta.

FRASE

RICARDO BARROS

Vamos ter que repactuar, como aconteceu na Grécia, que cortou as aposentadorias, e em outros países que tiveram que repactuar as obrigações do Estado porque ele não tinha mais capacidade de sustentá-las
Ministro da Saúde, que sugeriu rever o tamanho do SUS

22 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

República Provisória das Bananas

ADERBAL FREIRE-FILHO

Temer não quis uma posição equilibrada, ponderada, nesse início de governo. Na verdade, criou um monstro: uma interinidade definitiva

Está bem, não é um golpe. Afinal, segundo o presidente interino, golpe seria convocar nova eleição. Então, se não houve eleição, não houve golpe. Também não é golpe porque aí estão os fatos: foram cumpridos os ritos processuais, o impeachment está previsto na Constituição, existiram fundamentos legais.

Penso no historiador uruguaio Gerardo Caetano, citando o grande escritor Juan Carlos Onetti: “não há pior mentira do que citar os fatos sem sua alma”.

Nem é impeachment. Pode vir a ser, mas ainda não é. O que existe neste momento, segundo as leis, ritos etc., é uma autorização do Congresso para a abertura de um processo de impeachment. Em até 180 dias o processo será julgado pelo Senado, com os trabalhos comandados pelo presidente do Supremo Tribunal Federal. A presidente afasta-se, o governo interino é chefiado pelo vice.

Os juristas divergem sobre as atribuições do vice durante a interinidade. Michel Temer comporta-se como presidente definitivo. Alguns dizem: o Brasil está numa situação de urgência e não pode esperar 180 dias para que sejam tomadas providências radicais.

Mas e se o impeachment não vier a acontecer? Onde fica a urgência?

A verdade é que o interesse de Temer, Eduardo Cunha e aliados nun-

ca foi controlar a situação urgente de desemprego, inflação etc. Caso fosse, a solução não seria essa, que prevê até 180 dias de interinidade.

O cineasta Jorge Furtado propôs algo mais simples: “que tal se (...) o Congresso votasse as leis que precisa votar e aprovasse as medidas necessárias para tirar o país da crise, a Polícia Federal e o Ministério Público investigassem todos os corruptos, de todos os partidos, (...) se a imprensa fizesse jornalismo? Que tal? Pirei? É absurdo demais?”.

Temer não quis uma posição equilibrada, ponderada, mudar apenas alguns ministros, tomar decisões mais urgentes e usar esse período para planejar um possível e eficaz governo definitivo.

Não se dedicou a elaborar um programa; a projetar estruturas para acolher funções e organismos de ministérios extintos; a reunir-se com a equipe que fosse montando para fixar as diretrizes a seguir, sem saírem todos se estabacando.

Temer, na verdade, criou um monstro: uma interinidade definitiva. O ministro da Justiça, Alexandre

Moraes, defendeu em entrevista que o governo não nomeie obrigatoriamente, para a chefia da Procuradoria-Geral da República, o mais votado em uma lista tríplice por integrantes da carreira. O presidente interino discordou da declaração.

O ministro da Saúde, Ricardo Barros, disse que o tamanho do SUS precisa ser revisto. Depois recuou, explicando que o sistema está estabelecido e não será modificado. A **Folha** pode perder credibilidade: as decisões/indecisões dos ministros foram as manchetes do jornal em dois dias seguidos.

O presidente interino transformou o Ministério da Cultura em uma secretaria acoplada ao Ministério da Educação. Para assumir a área, convidou Marília Gabriela, Bruna Lombardi, Cláudia Leitão, Eliane Costa, Daniela Mercury. Todas recusaram.

Temer não entendeu nada: “Querem mulheres no ministério, eu chamo e elas não vêm...”.

Difícil entender a barafunda. Não é um golpe: a Constituição, os ritos, as leis. Não é um impeachment (ainda): a Constituição, os ritos, as leis. O que é então? A proclamação de “La República Provisória de Bananas Más Grande del Mundo”. Um golpe, enfim.

ADERBAL FREIRE-FILHO, 75, é autor, diretor e ator de teatro

22 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

FRASES

LUÍS ROBERTO BARROSO

Do ponto de vista institucional, é gravíssimo. Uma ousadia, uma desfaçatez alguém colocar um aparelho de escuta no gabinete de um ministro do Supremo
Ministro do STF, sobre o dispositivo encontrado em seu gabinete

ROBERTO PODVAL

Uma pena de 23 anos para um homem de 70 tem caráter de prisão perpétua. Infelizmente a defesa não conseguiu despolitizar o processo
Advogado de José Dirceu, sobre a condenação do ex-ministro na Lava Jato

23 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

Em diálogo, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato

Gravações registram conversas entre ministro e Sérgio Machado, ex-Transpetro

'Tem que mudar o governo para poder estancar essa sangria', diz Jucá ao aliado antes do impeachment

RUBENS VALENTE
DE BRASÍLIA

Em conversas ocorridas em março passado, o ministro do Planejamento, senador licenciado Romero Jucá (PMDB-RR), sugeriu ao ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado que uma "mudança" no governo federal resultaria em um pacto para "estancar a sangria" representada pela Operação Lava Jato, que investiga ambos.

Gravados de forma oculta, os diálogos entre Machado e Jucá ocorreram semanas antes da votação na Câmara que desencadeou o impeachment da presidente Dilma Rousseff. As conversas somam 1h15min e estão em poder da PGR (Procuradoria Geral da República).

Machado passou a procurar líderes do PMDB porque temia que as apurações contra ele fossem enviadas de Brasília, onde tramitam no STF (Supremo Tribunal Federal), para a vara do juiz Sérgio Moro, em Curitiba (PR).

Em um dos trechos, Machado disse a Jucá: "O Janot está a fim de pegar vocês. E acha que eu sou o caminho. [...] Ele acha que eu sou o caixa de vocês".

Na visão de Machado, o envio do seu caso para Curitiba seria uma estratégia para que ele fizesse uma delação e incriminasse líderes do PMDB.

Machado fez uma ameaça velada e pediu que fosse montada uma "estrutura" para protegê-lo: "Aí fodeu. Aí fodeu para todo mundo. Como montar uma estrutura para evitar que eu 'desça'? Se eu 'descer'...".

Mais adiante, ele voltou a dizer: "Então eu estou preocupado com o quê? Comigo e com vocês. A gente tem que encontrar uma saída".

Machado disse que novas delações na Lava Jato não deixariam "pedra sobre pedra". Jucá concordou que o caso de Machado "não pode ficar na mão desse [Moro]".

O atual ministro afirmou que seria necessária uma resposta política para evitar que o caso caísse nas mãos de Moro. "Se é político, como é a política? Tem que resolver essa porra. Tem que mudar o governo para estancar essa sangria", diz Jucá, um dos arti-

culadores do impeachment de Dilma. Machado respondeu que era necessária "uma coisa política e rápida".

"Eu acho que a gente precisa articular uma ação política", concordou Jucá, que orientou Machado a se reunir com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) e com o ex-presidente José Sarney (PMDB-AP).

Machado quis saber se não poderia ser feita reunião conjunta. "Não pode", disse Jucá, acrescentando que a ideia poderia ser mal interpretada.

O atual ministro concordou que o envio do processo para o juiz Moro não seria uma boa opção. "Não é um desastre porque não tem nada a ver. Mas é um desgaste, porque você, pô, vai ficar exposto de uma forma sem necessidade."

E chamou Moro de "uma Torre de Londres", em referência ao castelo da Inglaterra em que ocorreram torturas e execuções entre os séculos XV e XVI. Segundo ele, os suspeitos eram enviados para lá "para o cara confessar".

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

23 MAI 2016

Jucá acrescentou que um eventual governo Michel Temer deveria construir um pacto nacional “com o Supremo, com tudo”. Machado disse: “aí parava tudo”. “É. Delimitava onde está, pronto”, respondeu Jucá, a respeito das investigações.

O senador relatou ainda que havia mantido conversas com “ministros do Supremo”, os quais não nominou. Na versão de Jucá ao aliado, eles teriam relacionado a saída de Dilma ao fim das pressões da imprensa e de outros setores pela continuidade das investigações da Lava Jato.

Jucá afirmou que tem “poucos caras ali [no STF]” ao quais não tem acesso e um deles seria o ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no tribunal, a quem classificou de “um cara fechado”.

Machado presidiu a Transpetro, subsidiária da Petrobras, por mais de dez anos (2003-2014), e foi indicado “pelo PMDB nacional”, como admitiu em depoimento à Polícia Federal. No STF, é alvo de inquérito ao lado de Renan Calheiros. Dois delatores relacionaram Machado a um esquema de pagamentos que teria Renan “remotamente, como destinatário” dos valores, segundo a PF. Um dos colaboradores, Paulo Roberto Costa disse que recebeu R\$ 500 mil das mãos de Machado.

Jucá é alvo de um inquérito no STF derivado da Lava Jato por suposto recebimento de propina. O dono da UTC, Ricardo Pessoa, afirmou em delação que o peemedebista o procurou para ajudar na campanha de seu filho, candidato a vice-governador de Roraima, e que por isso doou R\$ 1,5 milhão.

O valor foi considerado contrapartida à obtenção da obra de Angra 3. Jucá diz que os repasses foram legais.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

23 MAI 2016

TRECHOS DA CONVERSA

Pontos da gravação de diálogos entre Jucá e o ex-presidente da Transpetro, ocorridos em março

MACHADO

Romero, então, eu acho a situação gravíssima

JUCÁ

Eu só acho o seguinte: com Dilma não dá, com a situação que está. Não adianta esse projeto de mandar o Lula para cá ser ministro [da Casa Civil], para tocar um gabinete, isso termina por jogar no chão a expectativa da economia. Porque se o Lula entrar, ele vai falar para a CUT, para o MST, é só quem ouve ele mais, quem dá algum crédito, o resto ninguém dá mais crédito a ele para porra nenhuma. Concorde comigo? O Lula vai reunir ali com os setores empresariais?

MACHADO

Agora, ele acordou a militância do PT

JUCÁ

Sim

MACHADO

Aquele pessoal que resistiu acordou e vai dar merda [...] Tem que ter um impeachment

JUCÁ

Tem que ter impeachment. Não tem saída

[...]

MACHADO

Acontece o seguinte, objetivamente falando, com o negócio que o Supremo fez [autorizou prisões após condenação em 2ª instância], vai todo mundo delatar

JUCÁ

Exatamente, e vai sobrar muito. O Marcelo e a Odebrecht vão fazer

MACHADO

Odebrecht vai fazer [...] Queiroz [Galvão] não sei se vai fazer ou não. A Camargo [Corrêa] vai fazer ou não. Eu estou muito preocupado porque eu acho que... O Janot [procurador-geral da República] está a fim de pegar vocês. E acha que eu sou o caminho

■ Romero Jucá (PMDB)

Atual ministro do Planejamento de Temer, foi um dos principais articuladores do processo de impeachment de Dilma. Investigado na Lava Jato sob suspeita de pedir propina a empreiteira

■ Sérgio Machado

Ex-presidente da Transpetro, subsidiária da Petrobras. Deixou o cargo sob suspeita de repassar propina de empresas com contratos com a unidade a políticos do PMDB

JUCÁ

Você tem que ver com seu advogado como é que a gente pode ajudar. [...] Tem que ser política, advogado não encontra [inaudível]. Se é político, como é a política? Tem que resolver essa porra... Tem que mudar o governo pra poder estancar essa sangria.

[...]

MACHADO

Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel [Temer].

JUCÁ

Só o Renan [Calheiros] que está contra essa porra. 'Porque não gosta do Michel, porque o Michel é Eduardo Cunha'. Gente, esquece o Eduardo Cunha, o Eduardo Cunha está morto, porra

MACHADO

É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional

JUCÁ

Com o Supremo, com tudo

MACHADO

Com tudo, aí parava tudo

JUCÁ

É. Delimitava onde está, pronto

[...]

MACHADO

O Renan [Calheiros] é totalmente 'voador'. Ele ainda não compreendeu que a saída dele é o Michel e o Eduardo. Na hora que cassar o Eduardo, que ele tem ódio, o próximo alvo, principal, é ele. Então quanto mais vida, sobrevivida, tiver o Eduardo, melhor pra ele. Ele não compreendeu isso não

JUCÁ

Tem que ser um boi de piranha, pegar um cara, e a gente passar e resolver, chegar do outro lado da margem

CONTINUA

Conversa não traz nada ilegal, diz advogado

Defensor de Jucá afirma que ele jamais pensaria em interferir na Lava Jato; Sérgio Machado não retornou à Folha

O advogado do ministro do Planejamento, Romero Jucá (Planejamento), Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, afirmou neste domingo (22) que o seu cliente "jamais pensaria em fazer qualquer interferência" na Operação Lava Jato "porque essa não é a postura dele".

O ministro também negou ter mantido reunião com qualquer um dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) para tratar do assunto levantado pelo ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, que pediu apoio para seu caso não ser transferido para Curitiba (PR).

"O presidente Temer já disse, evidentemente, o apoio absoluto à Lava Jato. Nós advogados [também]. Eu sou um crítico da Lava Jato, mas tenho certeza absoluta da necessidade desse trabalho", afirmou Kakay.

O defensor de Jucá disse que o ministro confirmou ter conversado pessoalmente com Sérgio Machado, que o procurou porque estava "preocupado com uma série de questões", mas que conversaram sobre os assuntos "de uma forma geral".

"Governo nenhum mudará nada em relação à Lava Jato no Poder Judiciário. Infelizmente, no meu ponto de vista, o Ministério Público e a Polícia Federal são completamente independentes", disse o defensor, que critica excessos das investigações.

“ Quando você está conversando na vida privada, com amigos, faz observações mais fortes. Não vejo nenhuma ilegalidade

ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO
advogado de Romero Jucá

Sem ter tido acesso às gravações, Kakay comentou que "o fato de um cidadão se preocupar com o andar de investigações, conversando privadamente, fazendo questionamentos e críticas, não configura nada de ilegal ou imoral".

"Quando você está conversando na vida privada, com amigos ou com alguém da sua relação, você faz às vezes observações mais fortes. Não vejo nenhuma ilegalidade", completou o advogado.

"Nós vivemos um momento extremamente grave na vida brasileira, em que tudo é gravado, tudo é exposto, e tudo é interpretado de forma descontextualizada, muitas vezes. É normal que duas pessoas conversem e falem sobre preocupações do que vai acontecer numa investigação. Não vejo nada, sob o prisma jurídico, que seja preocupante", disse o advogado.

Sérgio Machado foi procurado pela **Folha** desde a semana passada, mas não foi localizado. Foram deixados recados com um escritório de advocacia e na secretária eletrônica de um celular por ele utilizado, mas não houve retorno até o fechamento desta edição.

No depoimento que prestou à Polícia Federal, Machado negou quaisquer irregularidades na sua gestão à frente da Transpetro e negou ter pago R\$ 500 mil ao delator Paulo Roberto Costa.

Jucá também sempre negou qualquer participação nos esquemas investigados pela Lava Jato.

23 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

NOVO ENDEREÇO

Mais um defensor que trabalhou com Eduardo Cunha (PMDB-RJ) na Câmara dos Deputados ganha cargo estratégico no governo. Marcelo Ribeiro do Val foi nomeado na quarta (18) assessor do gabinete do novo chefe da AGU (Advocacia-Geral da União), Fábio Medina Osório.

ENDEREÇO 2

Ribeiro respondia pelo Escritório Avançado da AGU na Câmara dos Deputados. Nesta condição, assinou peças de defesa de Cunha, algumas inclusive com críticas ao STF (Supremo Tribunal Federal).

CADA CANTO

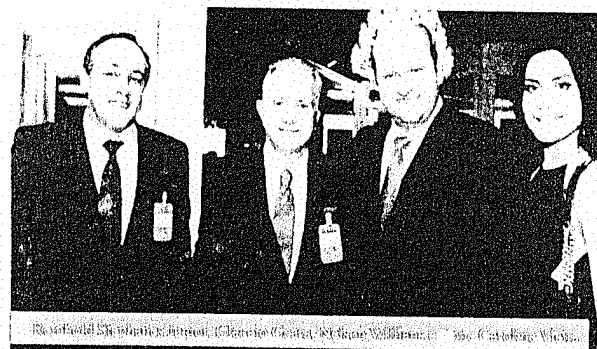
Em um dos textos, Ribeiro do Val aponta "interferência indevida" do STF em questões internas da Câmara.

ELE É O CARA

DIFERENCE CURITIBA



O LIDE/PR em parceria com a Nelson Wilians Advogados na pessoa da sócia diretora Sandra Comodaro e demais parceiros promoveram movimentado jantar/palestra no Castelo do Batel com o Juiz Federal Sergio Moro, que falou sobre “empresas e corrupção”.



Na oportunidade houve a participação especial de Renata Ramalhosa, cônsul geral adjunta do Consulado Geral Britânico em São Paulo que falou sobre; “Como as empresas brasileiras podem aproveitar o atual momento para impulsionar seus projetos de internacionalização”.



Fotos Naideron Jr.

Créditos: Ruy Barrozo / Fotos: Naideron Jr

O ESTADO DE S. PAULO

Delegado é absolvido do estupro da neta

21 MAI 2016

Juiz alegou que não havia 'prova segura' para condenação; promotora vai recorrer

José Maria Tomazela
SOROCABA

O delegado da Polícia Civil de São Paulo Moacir Rodrigues Mendonça foi absolvido pela Justiça da acusação de estupro da própria neta, que tinha 16 anos na época da denúncia. O juiz Eduardo Luiz de Abreu Costa relatou, na sentença, que não havia "prova segura" para condenação. Mendonça, que estava preso desde 2014, época da ocorrência, foi solto. A promotora de Olímpia, no interior paulista, anunciou que vai recorrer da decisão.

Por envolver um menor, o processo tramita em segredo de Justiça. A decisão de absolvição, no entanto, foi obtida pelo jornal *Diário da Região*. Nela, o magistrado alega que o estupro não ficou suficientemente provado. "A não anuência à vontade do agente, para a configuração do crime de estupro, deve ser séria, efetiva, sincera e indicativa de que o sujeito passivo se opôs, inequivocadamente, ao ato sexual, não bastando a simples relutância, as negativas tímidas ou a resistência inerte. Não há prova segura e indene de que o acusado empregou força física suficientemente capaz de impedir a vítima de

reagir. A violência material não foi asseverada nem esclarecida. A violência moral, igualmente, não é clarividente, penso", escreveu o magistrado.

A sentença está sob contestação do Ministério Público. A promotora Valéria Lima, da área criminal da cidade, já informou que entrará com recurso. Ela sustenta que a decisão do juiz Eduardo Luiz de Abreu Costa contraria as provas e os fatos apresentados no processo. "Acredito na revisão da sentença e espero que o julgamento seja rápido."

O delegado teria levado a neta, então com 16 anos, para um quarto do hotel *Thermas dos Laranjais*, em Olímpia, e abusado sexualmente dela, em setembro de 2014. Conforme relatou durante a investigação pela Corregedoria da Polícia Civil, inicialmente a adolescente ficou sem reação, perplexa com a investida do avô. Consumado o ato, segundo ela, o familiar ainda advertiu que "isso fica entre nós". A suposta violência veio à tona 20 dias depois, quando a adolescente foi flagrada no quarto com um revólver do pai, policial militar, tentando o suicídio.

Mendonça foi preso no 1.º Distrito Policial, em Itu, onde

era delegado titular. Na ocasião, ele alegou, por meio de seu advogado, que a acusação resultava de uma "armação" de sua ex-mulher, de sua filha, mãe da adolescente, e da própria neta. No processo, teria admitido o ato sexual, mas alegou ter havido consentimento. Ontem, nem ele nem sua defensora foram encontrados pela reportagem.

Inconformismo. A promotora preparou um recurso com 13 laudas e acredita ter demonstrado que a sentença é equivocada. "Coloquei no papel meu inconformismo, alegando razões relevantes para que a Justiça seja feita", disse.

21 MAI 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Um espetáculo deprimente

A desfaçatez do deputado afastado Eduardo Cunha é uma afronta ao Congresso Nacional e aos homens de bem do País. O depoimento em defesa própria que o parlamentar fluminense teve a impudência de prestar perante o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados inscreve-se nos anais do Parlamento como uma página negra que expõe toda a extensão da sordidez que a corrupção projeta sobre a representação popular que se desvirtua para atender unicamente a interesses pessoais e do grupo de apaniguados que gravitam na órbita de sua influência espúria.

Investigado por corrupção em várias operações policiais e acusado de manter contas irregulares na Suíça, o nefasto Eduardo Cunha tornou-se, no início de março, por decisão unânime do Supremo Tribunal Federal (STF), o primeiro parlamentar réu da Lava Jato, de uma lista de 38 investigados. Dois meses depois, atendendo a pedido do procurador-geral da República relativo à mesma investigação, o STF, mais uma vez por unanimidade, determinou a suspensão do mandato do réu Cunha e, por consequência, seu afastamento da Presidência da Câmara. Foi a Suprema Corte, portanto, que se encarregou de tornar públicas e notórias as suspeitas que cercam Eduardo Cunha.

O Conselho de Ética da Câmara está desde novembro dis-

cutindo o pedido da cassação do mandato de Eduardo Cunha por falta de decoro parlamentar, sob a acusação de ter mentido à CPI da Petrobrás, quando negou ter contas em instituições financeiras na Suíça. Na quinta-feira passada, finalmente, o Conselho ouviu a defesa de Cunha, assumida por ele próprio com a ousadia de quem manda na Casa, mesmo estando afastado da Presidência.

Eduardo Cunha expôs seus argumentos lançando mão, sem o menor escrúpulo, dos mais óbvios recursos da tergiversação, do jogo de palavras, de cínicos sofismas. Quando não havia outra saída, pura e simplesmente ignorava os questionamentos, com petulância e insolência. Usou e abusou, por exemplo, do expediente de desqualificar acusações feitas de viva voz com o argumento de que procediam de “inimigos”.

A votação da admissibilidade do processo de impeachment de Dilma Rousseff na Câmara, por muitos considerada deplorável por causa do nível das manifestações dos deputados, perde disparado para o desavergonhado depoimento de Eduardo Cunha perante o Conselho de Ética, em termos de comprometimento da imagem de uma instituição fundamental do sistema democrático. Eduardo Cunha – hoje a figura pública mais repudiada pelos brasileiros, mais até mesmo do que a presidente afastada – demonstrou seu cabal desprezo pelos princípios mais elementares da ética na vida pública – como, por

exemplo, não mentir – e seu desrespeito a sua condição de representante do povo.

Como se o deplorável desempenho de Cunha não fosse suficiente para cobrir de vergonha a Câmara dos Deputados, o bando de asseclas do capo mafioso se esforçou para protegê-lo com demonstrações de sabujice oferecidas em retribuição às prebendas que recebem na forma de vantagens, favorecimentos e recursos para suas campanhas eleitorais. Ou alguém acredita que a fidelidade a Eduardo Cunha se deve a pura devoção?

É triste verificar que, no momento em que o Brasil vive uma das mais graves crises de sua história, o êxito do governo interino de Michel Temer pode depender, em grande medida, dos votos que Eduardo Cunha controla na Câmara. Ou seja, da fidelidade espúria que lhe dedica um grupo de parlamentares comprometidos com interesses vis, que colocam acima dos interesses nacionais.

Resta esperar que Eduardo Cunha acabe derrotado pela própria arrogância e fanfarronice, que escancarou ao desafiar a Suprema Corte com a ameaça de voltar a ocupar seu gabinete na Câmara, a partir de segunda-feira, ainda estando com o mandato suspenso. Os ministros do STF podem acabar se dando conta de que a suspensão do mandato foi insuficiente para impedir que esse réu da Lava Jato continue exercendo seu poder despudoradamente, em benefício próprio.

O ESTADO DE S. PAULO

Pizzolato pede ao STF para ir ao regime semiaberto

Condenado no processo do mensalão, ex-diretor do Banco do Brasil, alega já ter cumprido um sexto da pena

Gustavo Aguiar / BRASÍLIA

21 MAI 2016

O ex-diretor de marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato, condenado no processo do mensalão, pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para progredir de regime fechado para o semiaberto, modalidade que o autoriza a deixar o presídio durante o dia para trabalhar.

A defesa do ex-executivo alega que ele já cumpriu um sexto da pena, incluindo o período em que esteve detido na Itália, para onde Pizzolato fugiu antes mesmo de receber a pena STF. Ele foi condenado a cumprir 12 anos e sete meses de prisão pelos crimes de formação de quadrilha, peculato e lavagem de dinheiro.

A defesa de Pizzolato alega que foram cumpridos 17 meses e três dias de pena na Itália, onde acabou sendo preso em fevereiro de 2014. Neste período, os advogados afirmam que o ex-executivo do banco estatal participou de programas de trabalho e educação que lhe garantem, ainda, a remissão da pena em quatro meses e um dia.

'Período cumprido'. De volta ao Brasil, para onde veio extraditado, Pizzolato já cumpriu cinco meses e nove dias de pena. Somando as duas detenções mais o período requerido por remissão de pena, a defesa afirma que o período necessário para progredir de regime já foi cumprido.

O pedido foi feito em março, mas só chegou anteontem ao gabinete do ministro Luís Roberto Barroso, relator das execuções penais do mensalão, após a manifestação do Ministério

Público sobre o caso, recomendando ao STF que conceda a Pizzolato o direito de poder trabalhar durante o dia e voltar para a prisão à noite.

O ex-diretor foi extraditado em outubro do ano passado. Ele ficou pelo menos 23 meses foragido na Itália e acabou sendo preso por uso de passaporte falso no país europeu. Desde que foi trazido ao País, Pizzolato está detido na Penitenciária da Papuda, em Brasília.

21 MAI 2016

O ESTADO DE S. PAULO

'PÍLULA DO CÂNCER' Decisão do STF paralisa ações com liminares

A decisão do Supremo Tribunal Federal de suspender a lei federal que liberou uso, distribuição e fabricação da fosfoetanolamina sintética, na prática paralisou cerca de mil ações que já haviam recebido liminar da Justiça de Cravinhos (SP). A cidade abriga o laboratório PDT Pharma, credenciado para realizar testes sobre os efeitos da chamada "pílula do câncer". Segundo o promotor Vanderley Trindade, o entendimento da corte superior reforça a alegação do laboratório de que não tem autorização legal para encapsular a substância.

22 MAI 2016

O ESTADO DE S. PAULO

CNJ pede suspensão de registro de 'trisal'

Há no País 10 uniões reconhecidas entre mais de duas pessoas; órgão vai analisar pedido de proibição feito por associação de direito de família

Clarissa Thomé / RIO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sugeriu que cartórios suspendam as escrituras públicas de relacionamento entre mais de duas pessoas, as chamadas uniões poliafetivas, até a regulamentação do tema. A recomendação foi repassada às corregedorias estaduais até que o CNJ analise representação da Associação de Direito de Família e das Sucessões (ADFAS), que pediu, em liminar, a proibição do reconhecimento do poliamor.

“É apenas uma sugestão aos tabelionatos, como medida de prudência, até que se discuta com profundidade tema tão complexo que extrapola os interesses das pessoas envolvidas na relação afetiva”, disse a corregedora nacional, ministra Nancy Andrighi. Ela pediu às corregedorias do País informações sobre o número de escrituras firmadas para estabelecer as uniões poliafetivas a fim de conhecer o tamanho do fenômeno. Ela estuda discutir o tema em audiência pública.

Monogamia. Na representação ao CNJ, a advogada Regina Beatriz Tavares da Silva, presidente da ADFAS, argumenta que a Constituição reconhece a união estável entre duas pessoas como entidade familiar. “Essa expressão ‘relação poliafetiva’ é engodo. Deturpa esse tipo de relação, que é poligamia. A união estável e o casamento são monogâmicos. Se eles se reconhecem como família, o problema é deles. Mas não podem se intitular como tal. O direito não admite família poligâmica.” Regina defende que eles procurem outras

formas de resguardar seus direitos, como fazer escrituras de imóveis conjuntas ou constituir empresas. “Não venham querer trazer para o âmbito do direito de família essa relação, pois a Constituição proíbe.”

A sugestão do CNJ para os cartórios é criticada pelo advogado Rodrigo da Cunha, presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Ele prepara representação ao conselho em defesa das escrituras públicas de união poliafetivas. “Isso é um retrocesso. É continuar repetindo injustiças históricas no direito de família. Você pode não gostar de relações poliafetivas, mas tem de proteger quem gosta. O Estado não tem de entrar na esfera privada das pessoas.”

Até a Constituição de 1988 a união estável entre homem e mulher não era reconhecida e filhos tidos fora do casamento não podiam ser registrados. “Esses filhos existiam, mas eram considerados ilegítimos. É o que querem fazer agora com as relações poliafetivas: elas existem, mas fingem que não existem. O Estado laico não pode intervir nisso”, defendeu.

Cunha tem informações de que dez relações de poliamor foram reconhecidas em cartórios do País. No Rio, duas foram registradas no 15.º Ofício de Notas – uma entre três mulheres e outra entre um homem e duas mulheres. Em ambos os casos, houve escrituras públicas de reconhecimento da relação, testamentos de bens e estamentos vitais, em que as decisões sobre questões médicas são entregues aos parceiros.

Poliamor. O casal de músicos gaúchos Bardo e Fada está junto há 13 anos e tem duas filhas, Lavínia, de 11, e Mônica, de 7. Eles decidiram “abrir” o casamento após quatro anos de união. A ideia de se relacionar com outras pessoas foi de Bardo, de 33 anos, e enfrentou resistência inicial de Fada, de 32. Até que ela se apaixonou por Aline. E Bardo também. O relacionamento a três durou sete meses. Elas terminaram, mas Aline e Bardo continuam namorando. Fada agora namora com Leonardo Maciel, de 35 anos, a quem já conhecia desde 2012 de reuniões de “poliamoristas”.

“Estamos há um ano juntos. Os guris se respeitam e são muito amigos”, disse Fada. Ela diz que nunca pensou em legalizar o relacionamento, mas critica a recomendação do CNJ. “Não planejo fazer união estável. Mas para muitas pessoas isso é importante. As pessoas precisam aprender a respeitar as diferenças.”

Relação

“Não é algo que a gente queira gritar para o mundo: todo mundo tem de viver o poliamor. Mas é assim que somos felizes.”

Fada

MÚSICA GAÚCHA

22 MAI 2016

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Os sem fogão

Devedores de pensão alimentícia que se cuidem. O STJ decidiu que os bens domésticos adquiridos pelo devedor – geladeira, TV, fogão e outros – podem ser penhorados para pagar débitos.

Normalmente, esses itens são considerados impenhoráveis – mas a decisão abre precedente sobre o tema.

Voto enxuto

Mesmo com o apoio de **Gilmar Mendes**, que já pediu mais recursos para as eleições de outubro, o TRE paulista fez algumas contas sobre como enxugar despesas. Uma das providências será limitar os mesários por seção a quatro – no passado eram mais – no primeiro turno, e a apenas três no segundo, onde houver.

Também está reduzindo gastos com energia e vai limitar o uso de transportes e de terceirizados. E ainda vai reduzir as ações de comunicação, o que inclui impressos e camisetas de identificação dos funcionários na eleição.

22 MAI 2016

O ESTADO DE S. PAULO

A Justiça e os 'blogueiros'

Na mesma semana em que começou o 5.º Encontro Nacional de Blogueiros e Ativistas Digitais, em Belo Horizonte, com a presença da presidente afastada Dilma Rousseff prevista na programação, a juíza Camila Rodrigues Borges de Azevedo, da 16.ª Vara Cível de São Paulo, rejeitou uma ação de indenização impetrada por um dos blogueiros mais simpáticos à presidente afastada contra o site *Consultor Jurídico*, especializado em questões legais. Segundo ela, esse blogueiro “progressista” acostumou-se a misturar jornalismo e negócios, induzindo seus leitores a acreditar que publica notícias quando, na realidade, sua principal atividade é desmoralizar pessoas por encomenda de clientes, quase todos vinculados ao PT.

Os dois acontecimentos não são fatos isolados. Financiada por recursos públicos desde a ascensão de Lula à Presidência da República, em janeiro de 2003, essa rede de blogueiros e ativistas digitais converteu-se num dos principais instrumentos do lulopetismo para publicar notícias favoráveis ao governo, atacar a oposição, difamar adversários políticos, agredir moralmente repórteres e colunistas dos grandes jornais e plantar boatos. Sempre invocando as principais palavras de ordem do PT, como a “democratização da comunicação” e a “luta

contra o golpismo midiático”, essa rede também promoveu campanhas de desmoralização de empresários que não se submeteram a pressões, chantagens e achagues.

As críticas dos coordenadores desse encontro ao presidente interino, Michel Temer, que determinou a suspensão do patrocínio da Caixa Econômica Federal a esse evento e ainda solicitou aos Ministérios informações sobre seus planos de comunicação para avaliar como estão sendo aplicados os recursos de publicidade do governo, mostram quão desonestas são as atividades desse pessoal. O apoio financeiro da Caixa foi autorizado por Dilma em março e a decisão foi publicada pelo *Diário Oficial*. Em resposta à suspensão do patrocínio, os coordenadores do encontro apresentaram-se como “jornalistas independentes” e pediram contribuições aos seus leitores. “Nós, blogueiros e ativistas digitais, produzimos uma comunicação livre de amarras mercadológicas, que aposta no jornalismo cidadão, dando voz e vez a grupos sociais que são historicamente criminalizados pela mídia tradicional, que nos cotizamos num processo colaborativo para produzir reportagens investigativas de interesse local, regional e nacional” – afirmaram.

Apesar de alegarem contar com o patrocínio de sindicatos e movimentos sociais, anunciaram que acionarão judicialmente a Caixa Econômi-

ca Federal, por “quebra de contrato”. Também alegaram que, após o encontro, exigirão o pagamento do patrocínio autorizado por Dilma, o que revela que não são tão independentes como se apresentam. Por fim, acusaram o governo Temer de ser “reacionário, fascista, criminoso, racista e misógino” e disseram que continuarão as “lutas para garantir que posicionamentos retrógrados não mais assumam espaços de poder no País”.

A justificativa para o encontro, que abre mais uma oportunidade para que o lulopetismo possa voltar a denunciar um “golpe”, foram as propostas de discutir os “desafios da democracia no Brasil”, o futuro da democracia na América Latina e as formas de “democratização da comunicação”. São temas que já foram debatidos na Conferência Nacional de Comunicação patrocinada pelo governo Lula, em 2009, da qual resultaram propostas de censura da chamada “imprensa burguesa”.

Por trás desses jargões ideológicos, o que se tem na realidade é uma máquina de difamação travestida de jornalismo independente, como a juíza da 16.ª Vara Civil de São Paulo deixou claro na sentença em que condenou o blogueiro a serviço do lulopetismo a arcar com as custas judiciais, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa.